



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

O ESPETÁCULO NA CIDADE E A CIDADE NO ESPETÁCULO: GRANDES PROJETOS,
MEGAEVENTOS E OUTRAS HISTÓRIAS

Glauco Bienenstein (Universidade Federal Fluminense) - glaucob01@gmail.com

*Professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal Fluminense*

O ESPETÁCULO NA CIDADE E A CIDADE NO ESPETÁCULO: GRANDES PROJETOS, MEGAEVENTOS E OUTRAS HISTÓRIAS

Resumo

Nestes tempos marcados pelo crescente paralelismo entre uma imensa produção de riqueza e a não menos imensa produção de miséria e exclusão socioespacial, a promoção de espetáculos, por meio de festivais, grandes projetos, megaeventos, entre outros, parece ter assumido importância e centralidade na pauta urbana contemporânea. Este trabalho tem por objetivo refletir sobre como esse processo tem se dado recentemente nas cidades brasileiras, tendo como objeto de estudo a cidade do Rio de Janeiro. Mais especificamente, discute-se aspectos relativos à construção da “Cidade Olímpica” vinculada às Olimpíadas de 2016 e à Copa de 2014. Aqui se assume a perspectiva de que tal iniciativa não se trata de obra do acaso, mas sim de um processo que teve início na década de 1990, durante o primeiro governo Cesar Maia (1993-1998), que foi seguida pelos que o sucederam. Para tanto, resgata-se alguns dos principais nexos explicativos dessa trajetória, assim como avalia-se algumas das principais motivações, discursos e ações do conjunto de atores políticos e econômicos envolvidos com a realização dos supracitados megaeventos. Constata-se que tais iniciativas se enquadram nas tendências predominantes da urbanização contemporânea, calcada no que se denomina “democracia do capital”.

O Espetáculo na Cidade e a Cidade no Espetáculo: Grandes projetos, Megaeventos e outras Históriasⁱ

1. Introdução: Contextualizando a Era Olímpica do Rio de Janeiro

Nestes tempos marcados pela crescente naturalização da sociabilidade do mercado como motor propulsor/regulador da sociedade, “/.../ *prossegue e se acentua o paralelismo entre a produção cada vez mais fabulosa da riqueza e da não menos fabulosa produção de pobreza e miséria.*” (CHASIN, 1988, p.21). Nesse contexto, talvez confirmando o enunciado de DEBORD (1967), assiste-se o recrudescimento da acumulação de espetáculos onde “/.../ *tudo que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação.*” (id. *ibid.*)ⁱⁱ. Tal tendência tem contaminado diversas instâncias do mundo e da vida, notadamente as cidades.

Tendo em vista que o Brasil emergiu no cenário mundial como um importante competidor no que pode ser denominado de “mercado mundial de megaeventos esportivos” e que, neste contexto, a cidade do Rio de Janeiro adquiriu posição privilegiada, este trabalho tem por objetivo refletir sobre como esse processo se tem dado recentemente nessa cidade. Mais especificamente, procura-se esclarecer como tem ocorrido o processo de construção da “Cidade Olímpica”, assumindo a perspectiva de que tal iniciativa não se trata de obra do acaso. Na realidade, trata-se de um processo que já tem uma, ainda que breve, história, que se iniciou durante o primeiro governo Cesar Maia (1993-1998) à frente do executivo municipal carioca.

Desse modo, argumenta-se que:

1. Seguindo as tendências mundiais da urbanização seletiva, excludente e *espetaculosa* materializadas, especialmente, em grandes projetos, megaeventos e demais iniciativas tais como, festivais e feiras, o Rio de Janeiro vem, ao longo de duas décadas, se afirmando no cenário nacional e global como lócus privilegiado de tais expressões; e
2. Que esta trajetória remonta os anos 1990, mais precisamente 1993, a partir do primeiro governo César Maia à frente do executivo municipal carioca, cujas orientações vêm sendo seguidas pelos que o sucederam. Desde então, um novo padrão de gestão e planejamento urbano foi adotado, calcado em novas coalizões políticas que, a despeito de alguns dissensos e fugacidades ao longo do tempo, têm emergido e exercido um poder extraordinário voltado à implementação das suas concepções e projetos hegemônicos de cidade, preenchendo um vazio de projetos (políticos e econômicos) que o Rio de Janeiro vinha enfrentando.

No que se segue, são resgatados alguns dos principais nexos teóricos e empíricos sobre essa trajetória. Busca-se, no caso do objeto de estudo escolhido, avaliar algumas das

principais motivações, discursos e ações do conjunto de atores políticos e econômicos envolvidos, que se encontram amalgamados pelas possibilidades e promessas de desenvolvimento vinculadas especialmente à realização dos megaeventos esportivos. Importante destacar que, durante este percurso, também serão examinados alguns dos principais impactos socioespaciais resultantes de tais iniciativas e/ou práticas de gestão e planejamento consubstanciados nas últimas duas décadas na cidade do Rio de Janeiro.

Dessa maneira, neste trabalho, analisa-se o grau em que as iniciativas levadas a cabo durante a realização dos jogos Pan-Americanos de 2007 são incluídas e ampliadas na candidatura olímpica do Rio de Janeiro para 2016.

Toma-se como ponto de partida a avaliação das motivações, dos discursos e dos impactos que os Jogos Pan-Americanos de 2007 produziram na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, são analisadas as iniciativas em curso visando a implantação da “Cidade Olímpica,” cujo principal objetivo neste momento é atender às demandas requeridas pelas Olimpíadas de 2016, assim como os preparativos relativos à Copa do Mundo de 2014. Três dimensões analíticas serão priorizadas: (a) as estratégias territoriais, (b) o papel e a participação dos setores público e privado com relação ao que tem sido denominado “*city marketing*” e ao financiamento de infraestrutura, e (c) os processos decisórios e de controle social.

Conclui-se a reflexão argumentando-se que há em curso um novo modo de governar as metrópoles cujos conteúdos constituem resultado do ajuste estrutural (do capitalismo) nas cidades e que, conseqüentemente, tem configurado a produção de “espaços de exceção”, através de uma também nova forma de governo que, por sua vez, tem se pautado por uma – também - nova forma de “democracia”, a “democracia do capital”ⁱⁱⁱ.

2. Os Anos César Maia (1993-1995 e 2000-2008)

Vitorioso nas urnas em 1992, após disputa com Benedita da Silva, candidata representante do Partido dos Trabalhadores (PT) para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 1992, e tendo suplantado o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que tinha na cidade do Rio de Janeiro uma importante base política, César Maia assume o comando da administração municipal prometendo modernizá-la, por meio de uma gestão identificada pela suposta agilidade de métodos e processos, e sintonizada com as demandas político-administrativas e ideológicas moldadas pela, então, nova pauta urbana difundida mundo afora.

Numa de suas declarações, o Prefeito eleito afirma com pompa vitoriosa que “[m]eu discurso é o da ordem. O eleitorado conservador encampou minha candidatura e entre eles sou imbatível. Vou mostrar que é possível ser transformador pela direita”^{iv}.

Para o posto de Secretário Municipal de Urbanismo é indicado Luiz Paulo Conde, um arquiteto com larga experiência no desenvolvimento de projetos arquitetônicos, ex-diretor da

Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e sucessor de César Maia (período 1996-1999). Responsável pela implementação de uma série de iniciativas que abrangem desde o redesenho de segmentos da paisagem urbana até a alteração de concepções e práticas de gestão e planejamento urbano, Conde sucede César Maia (período 1996-1999), que retornaria ao governo municipal por mais dois mandatos, sendo sucedido por outro dos seus ex-secretários (de turismo, esportes e lazer), Sr. Eduardo Paes, período 2009-2012. Desse modo, não seria exagero considerar que, apesar das possíveis (e poucas) diferenças e/ou dissensos, houve continuidade das formas e modos de governar a cidade, cuja origem e especificidade podem ser identificadas desde a primeira administração César Maia. Voltar-se-á a este assunto oportunamente.

A peculiaridade do momento político que redundou na inauguração do novo período político-administrativo liderado por César Maia na cidade do Rio de Janeiro pode ser genérica e resumidamente reconhecida por meio dos seguintes aspectos:

1. A incapacidade de reprodução política e econômica do regime autoritário do final dos anos 70 que, progressivamente, erodiu as bases de decisão, de operação e de prospecção dos mecanismos regulatórios estatais e,
2. As tentativas federais de ajuste problemático (e em bases conservadoras) às demandas globais, encarnadas nos diversos planos de estabilização materializados nos Planos Cruzado, Verão e Collor nos anos 80, e no Plano Real, nos anos 90.

Desse modo, o fracasso da maioria de tais planos de estabilização, notadamente os da década de 1980, adicionado às alterações do quadro político e econômico internacional^v, apontou para a “*rediscussão do pacto fundante do Estado desenvolvimentista*”^{vi}, o que implicou a revisão do papel econômico do Estado, tendo em vista as possibilidades e as oportunidades do cenário internacional.

Constitui-se, a partir desse período, um verdadeiro vazio de projetos capazes de conjugar iniciativas voltadas ao enfrentamento abrangente da crise econômica e sociocultural que se avizinhava e que se conformava, por exemplo, no endividamento de Estados e municípios e no recrudescimento da violência na vida cotidiana. Ou seja, o realinhamento das forças políticas após o período autoritário, que moldou a denominada “Nova República”^{vii}, inicia um processo de redesenho do Estado requerido pela nova configuração de forças hegemônicas globais, num contexto de crise dos paradigmas.

No que tange às concepções e/ou orientações relativas à administração e ao planejamento urbano, um olhar mais apurado sobre as repercussões desse processo no contexto da particularidade da cidade do Rio de Janeiro indica que “[n]os anos 90 /.../ a disputa pelos destinos da cidade pode ser reconhecida no convívio entre dois processos de intervenção planejada, com origens histórica e política distintas.” (RIBEIRO, 1999, p.11): o Plano Diretor, enquanto expressão do ideário desenvolvimentista atualizado por elementos da reforma

urbana e o Plano Estratégico, “/.../ cujos termos são vinculados à última modernidade na cena internacional /.../ proposto[s] para o país [e] vinculado[s] ao aumento da competitividade e à globalização, e os destinos identificados para a cidade que acentuam a sua excepcionalidade e capacidade competitiva.” (Id. Ibid.)^{viii}

Desse modo,

[o] caráter **ativo** da administração César Maia propicia, de forma curiosa, o retorno de antigos mitos, aparentemente superados pela história política da cidade. Na disputa eleitoral aberta por sua sucessão, retornam referências a Carlos Lacerda, associado à imagem de **bom administrador** e a momentos de elevada realização das potencialidades da cidade. Estas referências reforçam, nitidamente, o isolamento estratégico da cidade, a revitalização, ainda que não dita, do seu **destino** de cidade-Estado.^{ix} [Grifo do autor]^x

A partir de então, uma série de outras novidades são inseridas na gestão e/ou produção da cidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, para além das iniciativas ligadas à transformação das formas e/ou modos de gestão e planejamento que passaram a orientar as ações da prefeitura no que se referia ao pensar e ao fazer a cidade, um conjunto de programas e projetos - exitosos ou não - começou a emergir no cenário das possibilidades visando sua inserção competitiva em um “mercado mundial de cidades”^{xi}.

Dentre eles, destacam-se os programas “Rio Cidade”^{xii} e “Favela Bairro”^{xiii}, a frustrada tentativa de implantação de uma filial carioca do Museu Guggenheim na área portuária e as também frustradas candidaturas para as Olimpíadas de 2004 e 2012, que foram seguidas pela organização e realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, pela organização e futura realização dos Jogos Militares de 2011, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016.

As motivações e os discursos do conjunto de atores políticos e econômicos envolvidos com tais iniciativas, então, remetem-se predominantemente a dois aspectos:

- À inserção do Rio de Janeiro na arena da competitividade urbana internacional; e
- À oportunidade de antecipação de processos de modernização (notadamente por conta da necessidade de cumprimento das pautas moldadas pelos agentes externos envolvidos (COI, FIFA), que o esforço de implementação de tais iniciativas irá requerer.

Sob tais alicerces o supracitado conjunto tem, ao longo dos anos, justificado e acionado representações visando a implementação do seu projeto de cidade espetáculo.

Em Direção à Cidade Espetáculo: notas introdutórias sobre grandes projetos e megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro

A disputa que redundou na frustrada tentativa de implantar na cidade do Rio de Janeiro uma filial do Museu Guggenheim pode ser vista como uma espécie de “balão de ensaio” para o que iria ocorrer nas demais iniciativas voltadas para lançar a cidade no “mercado mundial de

(espetaculares) megaeventos esportivos”. Por meio dela, foram desveladas algumas das estratégias que o executivo municipal lançou mão para impor sua proposta (desinformação como forma de governo, por exemplo), que os coletivos sociais organizados passaram a denunciar visando confrontar futuros projetos hegemônicos de cidade.

Como é sabido, a resistência a tal iniciativa foi liderada por um vereador de esquerda (Eliomar Coelho, hoje no Partido do Socialismo e da Liberdade, PSOL), cuja centralidade no processo foi de grande valia para a discussão e posterior rejeição do projeto^{xiv}.



Museu Guggenheim do Rio de Janeiro – Foto da maquete

Disponível em: <http://museuguggenheim2009.blogspot.com/2009/11/guggenheim-no-rio-de-janeiro_2916.html> Data de acesso em 2 Jan 2011

Outro grande e polêmico projeto do governo Cesar Maia é a “Cidade da Música Roberto Marinho”, um complexo cultural projetado pelo arquiteto francês Christian de Portzamparc, localizado na Barra da Tijuca e inaugurado – ainda inacabado – em dezembro de 2008. Após anos de polêmica que envolveu, especialmente, seu custo e sua necessidade, a construção de tal complexo consumiu cerca de 416 milhões, ou seja, 5 vezes mais do que o inicialmente previsto, R\$80 milhões^{xv}.



Cidade da Música

Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=396861&page=7>> Data de acesso: 02 Jan 2011

Cabe salientar que houve outros grandes projetos implantados no período, cujos conteúdos não cabem ser aqui explicitados^{xvi}.

No que se refere aos megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro, pode-se compreender que as frustradas candidaturas às Olimpíadas de 2004 e 2012, de certa maneira, pavimentaram o caminho para a referida sediar os Jogos Pan-americanos de 2007. Tal afirmação baseia-se no fato de que, por meio delas, houve à época uma considerável mobilização – olímpica – que agregou diversos atores sociais e políticos, cujas manifestações acionaram vários apelos e símbolos vinculados tanto à sensação de pertencimento quanto a um suposto patriotismo de cidade que foi acionado. Conforme divulgado, tais manifestações, que durante alguns fins de semana tomaram a orla marítima da cidade, impressionaram os representantes do Comitê Olímpico Internacional, COI.

Na hierarquia dos eventos esportivos internacionais, os Jogos Pan-Americanos são o segundo maior evento esportivo no mundo em importância, antecedido apenas pelas Olimpíadas. Assim sendo, constituem uma versão continental dos Jogos Olímpicos que inclui diversas modalidades de esportes, sendo celebrados a cada quatro anos, sempre um ano antes das olimpíadas.

Conforme indicação anterior, a tentativa de sediar os Jogos Olímpicos de 2004, que se realizaram na cidade de Sydney, Austrália, abarcou a utilização de agressivas estratégias de marketing com o envolvimento de um considerável contingente de atores políticos e sociais. Na avaliação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro à época, os peculiares atributos (geográficos, sociais, entre outros) da cidade foram decisivos para sua escolha como sede do Pan 2007. Além disso, na visão da administração municipal, tal iniciativa teve um importante papel, tendo em vista os desdobramentos socioeconômicos e estratégicos diversos a ela associados (criação de empregos, especialmente por meio da construção civil, desenvolvimento esportivo e cultural como legado da iniciativa, marketing urbano para incrementar a economia de serviços ligados ao turismo e ao entretenimento, entre outros), porque poderia, inclusive, lançar as bases para transformação da cidade em um consistente pólo esportivo (“paraíso do esporte”) que, no âmbito mundial, poderia respaldar sua candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2012.

Dessa maneira, a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 pode ser compreendida como uma das diversas iniciativas voltadas ao preenchimento do já mencionado “vazio” de projetos e iniciativas tão almejados pelas forças políticas que sustentavam o prefeito César Maia desde sua primeira gestão (período 1993-1996)^{xvii}.

Finalmente, vale ressaltar a recente candidatura do Rio de Janeiro para sediar a Expo 2020, que confirma a tendência já antecipada pela literatura (cf. HARVEY, 1996) de que eventos esportivos e exposições de diversas naturezas têm materializado as estratégias das administrações locais de corte empresarial visando atrair turistas e homens de negócios.

3. Construindo a “Cidade Olímpica”: dos Jogos Pan-americanos de 2007 às Olimpíadas de 2016 – Elementos comparativos

A seguir são apresentadas notas acerca do processo de construção da “Cidade Olímpica”, processo este que, conforme anteriormente mencionado, não é obra do acaso, mas vem se descortinando desde a primeira gestão do ex-prefeito Cesar Maia. A análise se dá por meio da utilização de três dimensões, a saber: as estratégias territoriais, o papel e a participação do setor público e da iniciativa privada e os processos decisórios e de controle social na implantação dos megaeventos analisados.

3.1. Estratégias Territoriais

Por meio de um trabalho articulado que envolveu a consultora “*MI Associates*”, que havia sido responsável pelo planejamento das Olimpíadas de Sidney, assim como da preparação das candidaturas de Beijing e Londres, e o executivo municipal, foram determinadas a organização do evento e as localizações dos diversos equipamentos a ele vinculados.

A definição dos 4 (quatro) anéis olímpicos foi baseada num suposto equilíbrio social e espacial do tecido urbano. Alegou-se que o propósito era o de distribuir igualmente os benefícios do evento por toda a cidade, resultando no esquema a seguir apresentado.



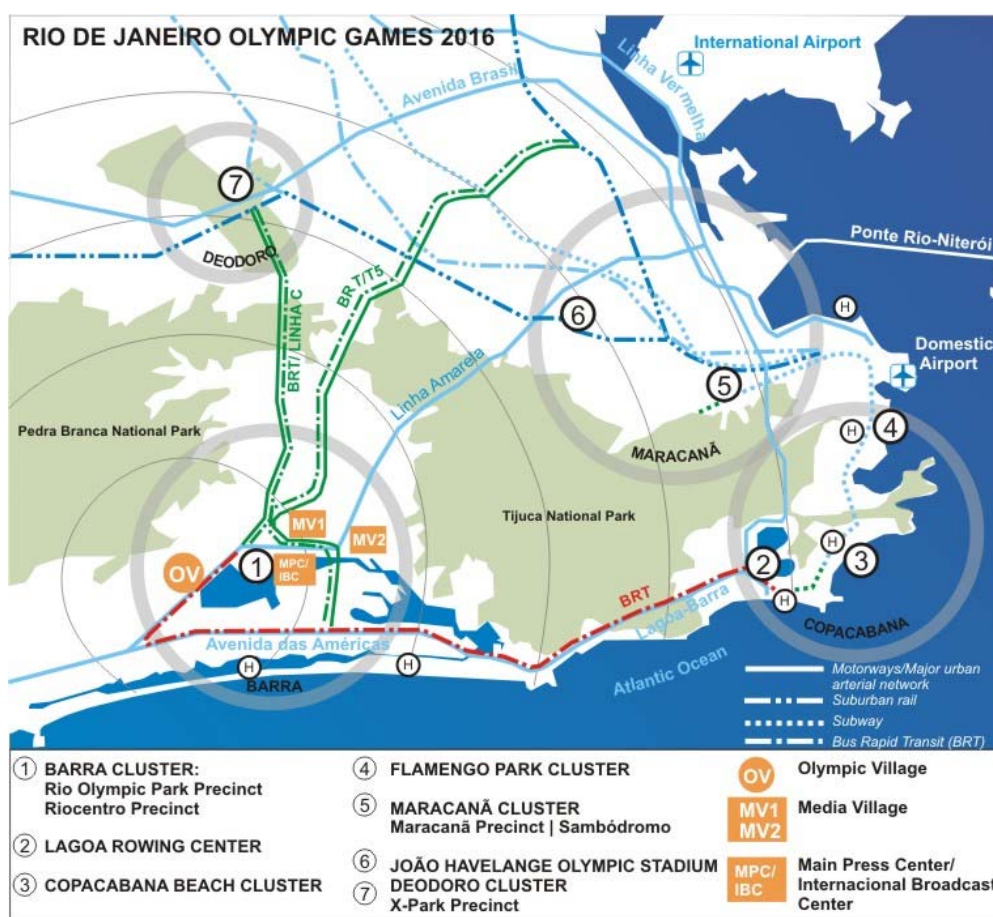
MAPA -1: Anéis Olímpicos do Jogos Pan-americanos de 2007

Disponível em: <www.rio2007.org.br/pan2007> Data de acesso: 3 Out. 2006

(Alterado pela equipe do grupo de pesquisa “Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano/UFF”)

Conforme se pode perceber, houve a concentração da maioria dos equipamentos na área da Barra da Tijuca, um setor residencial seletivo, bem servido de infraestrutura. Tal decisão foi criticada por importantes atores sociais, demonstrando uma distribuição desigual dos recursos na cidade.

Talvez o exemplo mais claro disto possa ser visto através da localização da *Vila do Pan*. Tal localização não seguiu as experiências pretéritas levadas a cabo mundo afora, pelo menos desde 1980 (Moscou, Barcelona) que, após o evento, foram oferecidas aos grupos sociais menos favorecidos. Além disso, não há como deixar de mencionar que os juros cobrados para o financiamento do empreendimento foram considerados muito abaixo daqueles praticados usualmente. De acordo com os documentos relativos à candidatura do Rio de Janeiro às Olimpíadas de 2016, mais uma vez a localização da maioria dos mais importantes equipamentos também está prevista para a Barra da Tijuca, conforme se pode perceber por meio do mapa abaixo indicado.



MAPA - 2: ANÉIS OLÍMPICOS DO RIO DE JANEIRO

Disponível em: <www.rio2016.org.br> Data de acesso: 8 Jul. 2009

O discurso que enfatiza a segurança dos atletas, assim como do pessoal da mídia (uma vez que tal centro estava originalmente planejado para ali ficar) foi novamente utilizado para justificar tal decisão. Contudo, vale registrar dissensos sobre tais decisões, materializados

na redefinição da localização do referido centro de mídia na área portuária do Rio de Janeiro, notadamente a partir do lançamento do projeto “Porto Maravilha” cujos interesses articulam os três níveis de governo, federal, estadual e municipal^{xviii}.

Sobre tal articulação importa destacar que, diferentemente do que ocorreu durante os Jogos Pan-americanos de 2007, quando houve uma verdadeira competição entre os três níveis de governo, no caso da candidatura aos Jogos Olímpicos de 2016, percebe-se uma clara articulação entre tais níveis, através, por exemplo, do supracitado projeto que, inclusive, já conta com a aprovação do Comitê Olímpico Internacional, COI. No quadro atual, tudo indica que todos os atores políticos envolvidos estão buscando, de forma articulada, tirar proveito da iniciativa.

Outro aspecto que também merece ser destacado refere-se às medidas relacionadas ao deslocamento de setores residenciais com vistas à preparação da infraestrutura viária da Cidade Olímpica. As razões alegadas pelo poder público têm enfatizado a necessidade de racionalizar o transporte público por meio da criação do que tem sido nomeado de “Bus Rapid Transportation”, BRT. Conforme divulgado pela mídia local, a implantação do “Corredor 15 – Transcarioca” irá deslocar cerca de 3.360 propriedades em diferentes áreas da cidade. Estão previstos gastos de R\$300.000.000,00. Tal iniciativa irá afetar negativamente diversas áreas da cidade, em especial aquelas onde se localizam comunidades pobres com carência de serviços sociais, assim como pouca organização política. Além disso, a administração municipal está também engajada na remoção de cerca de 119 favelas até o ano de 2012, envolvendo cerca de 12.196 habitantes. O motivo alegado pela Prefeitura está baseado na necessidade de retirar essas pessoas de áreas de reserva e/ou de risco ambiental^{xix}.

A preparação da “Cidade Olímpica”, seguindo o exemplo do que ocorreu durante os preparativos dos Jogos Pan-americanos de 2007, tem acarretado uma série de constrangimentos relativos à liberação de áreas necessárias à implantação de infraestrutura, apesar do Secretário de Habitação ter declarado que nenhuma remoção será feita à força. Contudo, notícias recentemente veiculadas indicam que os números já atingem cerca de 523 famílias despejadas (ou seja, cerca de 2092 pessoas) em áreas destinadas à construção do “BRT-Transoeste”^{xx}. Há registros coletivos de resistência, conforme pode ser verificado pelo trecho de matéria publicada recentemente, que é a seguir indicada:

A Prefeitura do Rio foi impedida de reiniciar na última quinta-feira (16) as demolições na Comunidade Vila Harmonia, no Recreio dos Bandeirantes, zona oeste da cidade, graças a uma liminar obtida pelos moradores junto à defensoria pública que adiou as remoções. Segundo a prefeitura, as casas encontram-se no traçado da via Transoeste, que ligará a Barra à Campo Grande, um sistema de transporte que o município promete construir até as Olimpíadas de 2016.

/.../

O Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro conseguiu quatro liminares que impedem a remoção de casas e estabelecimentos comerciais em três comunidades atingidas pelas obras da Transoeste.^{xxi}



Disponível em: <<http://direitoamoradia.org/pt/noticias/blog/megaeventos/rio-de-janeiro/>> Data de acesso: 05 Jan 2011

A exemplo do que ocorreu durante a preparação do Pan 2007, os emergentes coletivos de resistência têm buscado intervir no processo. Contudo, à medida que as intervenções vêm lastreadas por ordens de justificação que as colocam como importante vetor de desenvolvimento da cidade, cuja oportunidade antecipa processos de modernização, fica muitas vezes difícil confrontá-las. Dessa maneira, tais irrupções de resistência, especialmente oriundas de grupos sociais menos favorecidos, têm sido sistematicamente acusadas de falta de visão e/ou patriotismo (vinculado à cidade), tal como ocorreu no caso dos Jogos Pan-americanos de 2007.

Assim sendo, em termos de estratégias territoriais, as evidências confirmam que há muitas convergências nos processos de implementação do Pan 2007 e dos Jogos Olímpicos de 2016. A concentração de equipamentos na Barra da Tijuca constitui clara evidência de que a mesma estratégia está sendo seguida e ampliada no caso das Olimpíadas de 2016.

Desse modo, a convergência de tais soluções acarreta impactos combinados, a saber, a concentração propriamente dita de equipamentos numa área da cidade já dotada de infraestrutura e serviços de qualidade e, como contraface da mesma moeda, a distribuição

desigual de equipamentos que poderiam suprir carências sociais vinculados ao esporte e ao lazer na cidade.

Pelo que tem sido divulgado pela mídia, percebe-se que há em curso um grupo integrado de estratégias que têm sido implementadas simultaneamente, a saber: o projeto “Porto maravilha”, a remoção de áreas habitadas por grupos sociais excluídos visando a implantação do BRT, não esquecendo de mencionar a redefinição do zoneamento da cidade para abrigar a “Cidade Olímpica”. Tais processos (socioespaciais) reforçam a observação de Vainer (2009) de que a implementação, tanto da Copa do Mundo de 2014 e, especialmente das Olimpíadas de 2016, não estão ocorrendo por acaso, mas sim são oriundas da década de 1990, e têm como importante referência a implementação do Pan 2007.

3.2. O Papel e a Participação do Setor Público e da Iniciativa Privada na Implementação dos Megaeventos na Cidade do Rio de Janeiro

A articulação entre esporte e políticas públicas é bem forte na atualidade, tendo um importante papel no quadro da competitividade – mundial – das cidades. As noções de competição, saúde, patriotismo de cidade, entre outras, reforçam esta relação/percepção.

Conforme indicação anterior, o período Cesar Maia foi marcado por um conjunto de iniciativas vinculadas ao “empresariamento urbano” que, de certa maneira, restaurou a centralidade do Rio de Janeiro no cenário urbano nacional e internacional.

A fracassada candidatura para sediar as Olimpíadas de 2004 detonou uma série de estratégias visando projetar e vender a cidade no já mencionado “mercado mundial de megaeventos esportivos”. Por meio da apresentação das suas peculiaridades físicas mostrou-se um ambiente amigável, onde diversas classes sociais conviveriam pacificamente, quesitos estes alardeados como importantes e valorizados para colocar a cidade como uma das importantes e peculiares localidades para sediar eventos dessa natureza.

À época, no entendimento da administração municipal, tais características foram fundamentais na candidatura (que logrou êxito) para sediar os Jogos Pan-americanos de 2007, iniciativa esta que, na visão desses atores, trouxe inúmeras vantagens – sociais, culturais e econômicas – para a cidade, notadamente no que se refere ao desenvolvimento do esporte e do turismo.

Apesar das denúncias de superfaturamento, entre outros constrangimentos, tal experiência foi apresentada como capaz de sustentar uma segunda tentativa, materializada na candidatura do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2012, em que Londres acabou sendo a cidade escolhida.

É indiscutível a centralidade da coalizão liderada por Cesar Maia na implantação dos Jogos Pan-americanos de 2007. No âmbito das disputas envolvendo a iniciativa, destacam-se as pressões por ele exercidas nos demais entes da federação (em especial o governo federal,

que acabou desempenhando um importante papel no financiamento do evento^{xxii}) para a liberação dos recursos necessários. Por meio de tais pressões Cesar Maia alardeava que se os Jogos fracassassem a responsabilidade cairia sobre o governo do estado e o governo federal e, caso houvesse sucesso, as glórias deveriam convergir para sua administração. Contudo, apesar do poder dessa coalizão, Cesar Maia não sustentou uma força política capaz de eleger seu candidato nas eleições municipais de 2008.

A implementação, tanto das Olimpíadas de 2016 quanto das iniciativas vinculadas à Copa de 2014, seguem outro caminho, à medida que os três níveis de governo parecem estar bastante articulados visando tirar o maior proveito político de tais iniciativas. Conforme divulgado por um importante jornal carioca, em janeiro de 2010 o Presidente Lula convidou os prefeitos das 12 (doze) cidades sede de jogos da Copa para assinarem a “Matriz de Responsabilidades da Copa de 2014”, visando evitar o que ocorreu na época dos Jogos Pan-americanos de 2007^{xxiii}.

No que diz respeito ao financiamento de tais eventos, tudo indica que – outra vez – o setor público irá arcar com as principais despesas de infraestrutura. Apesar do alardeado discurso de que o envolvimento da iniciativa privada é fundamental para o sucesso da expansão dos mercados nesses tempos de globalização, parece que o setor público irá – novamente – arcar com os principais compromissos relativos aos dois megaeventos, financiando a maioria dos equipamentos. Conforme OLIVEIRA (2009) demonstra, o envolvimento do setor privado na implementação dos Jogos Pan-americanos de 2007 foi limitado, chegando a meros 4,3% dos custos totais pagos pelo governo federal que giraram em torno de 2 bilhões de dólares (valores correspondentes a setembro de 2009).

É importante destacar que até agora não houve muito interesse da iniciativa privada em remodelar e/ou financiar estádios de futebol nas cidades-sede da Copa de 2014. Além disso, o governo federal liberou através do BNDES cerca de 1 bilhão de reais visando financiar a construção e/ou reforma da infraestrutura hoteleira das referidas cidades^{xxiv}.

Há ainda a discussão sobre a privatização dos aeroportos brasileiros, assunto que foi adiado pela administração Lula e que, conforme declararam membros da equipe de governo da recém empossada presidenta da república, Dilma Roussef, há intenção do novo governo de repassar a Estados e Municípios mais da metade dos 67 aeroportos administrados atualmente pela Infraero^{xxv}. Tais entes poderão concedê-los à iniciativa privada.

A título de finalização desta parte do trabalho pode-se afirmar que o alardeado discurso das parcerias público-privadas, PPPS(s) constitui uma espécie de marca e/ou senha bastante utilizada nos novos negócios/iniciativas envolvendo tanto grandes projetos quanto megaeventos. As ordens de justificação que têm sido acionadas remetem ao bom desempenho e à experiência do setor privado na gestão de iniciativas que, conforme demonstrado por Oliveira (2009), cujo maior ônus acaba recaindo sobre o setor público. Ao

que tudo indica, a extensão das PPPS(s) parece estar se ampliando para outros campos de atividade, independentemente da “cor partidária”^{xxvi}.

A liberação de recursos do BNDES para financiamento tanto do setor hoteleiro quanto para a construção e/ou reformas dos estádios que irão sediar os jogos da Copa de 2014 parecem confirmar as tendências/constatações aqui indicadas. Além disso, o recente Pacote Olímpico aprovado pela Câmara de Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro, cujas medidas previstas também abarcam a concessão de incentivos fiscais para os “/.../ *novos empreendimentos de hospedagem que forem construídos na cidade antes dos Jogos Olímpicos de 2016*” (MAGALHÃES, 2010, p.24), também ilustram a percepção de que é o setor público que acaba viabilizando a maior parte das iniciativas^{xxvii}.

3.3. Processos Decisórios e de Controle Social.

Conforme observado por SWYNGEDOUW et. al. (2003) nos processos de implementação de megaeventos (e/ou grandes projetos), novas formas e/ou instituições de governo têm emergido no cenário político-administrativo. Ou seja, tem sido percebida a emergência de estruturas de gerência e decisão fugazes e/ou transitórias que têm tomado o lugar dos tradicionais setores da administração pública, afetando (às vezes até impedindo) processos decisórios mais coletivos e democráticos. As ordens de justificação acionadas para a criação de tais estruturas baseiam-se na necessidade de se conferir agilidade dos modos e/ou formas de decisão ligadas aos processos de implantação de grandes equipamentos.

No caso da versão carioca dos Jogos Pan-americanos, a criação da Secretaria Especial Rio 2007 constitui interessante expressão dessa tendência, onde um pequeno e seletivo grupo de técnicos liderados por um secretário especialmente designado levou o processo adiante sem um planejamento integrado que envolvesse os demais setores da Prefeitura, para não falar da participação popular propriamente dita. Desnecessário dizer que tal orientação tencionou sobremaneira todo o processo.

O caso do Estádio João Havelange revela algumas dimensões dessa questão. Localizado no bairro do Engenho de Dentro, numa área anteriormente destinada à manutenção de máquinas da Estrada de Ferro Central do Brasil, o “Engenhão” trouxe um considerável impacto para a região, de caráter tipicamente residencial, e com um sistema viário muito modesto para abrigar o volume do tráfego atraído pelo Estádio. Além disso, a Prefeitura elaborou um projeto de lei que, aprovado na Câmara, resultou em um conjunto de alterações na legislação urbana que estimulou a construção e o adensamento, como a ampliação do gabarito de dois para dezoito pavimentos.

Nem mesmo a “Agenda Social do PAN”^{xxviii} – item requerido pela Organização Desportiva Pan-americana, ODEPA –, foi totalmente cumprida. Vale reforçar que a força policial foi muitas vezes empregada visando a liberação de terra para a construção de equipamentos destinados ao Pan 2007.

Tendo em vista tais indicações, os processos decisórios e de controle social vinculados à implementação da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 parecem seguir o mesmo caminho do Pan 2007, conforme demonstrado anteriormente, quando aqui foi citado o caso da implantação do “BRT-Transoeste”.

As ordens de justificação acionadas que remetem às questões vinculadas ao patriotismo de cidade, à necessidade de antecipação de processos modernizadores, à agilização de iniciativas tendo em vista pautas de atores externos tais como COI e FIFA, entre outros aspectos não menos importantes, têm, por sua força, se constituído poderosas ferramentas que tanto o poder público quanto os demais atores privados envolvidos têm lançado mão para levar adiante seus projetos. Por outro lado, a construção da “Cidade Olímpica” tem sido facilitada à medida que os movimentos de resistência têm encontrado muitas dificuldades para sensibilizar a opinião pública, inclusive alguns membros das próprias comunidades atingidas, aliado à baixa politização desses grupos.

4. À Guisa de Conclusão: consolidando a “democracia do capital” na “década de ouro” do Rio de Janeiro

Conforme foi indicado, a recente história da inserção – radical – da cidade do Rio de Janeiro no processo de “espetacularização” do ambiente e da vida urbana tem suas origens na década de 1990. Desse modo, sua escolha para sediar as Olimpíadas de 2016 encontra-se vinculada ao novo padrão de gestão e planejamento urbano, calcado, sobremaneira, em intervenções pontuais.

As coalizões sociopolíticas que têm sustentado tal orientação, embora com dissensos e mudanças na sua articulação, vem preparando a cidade para o que vem ocorrendo atualmente. Sob controle de outro agrupamento político hegemônico do mesmo campo ideológico agora liberado por Eduardo Paes à frente de uma poderosa articulação trans-escalar que envolve tanto o governo do estado do Rio quanto o federal, a cidade (e o estado), conforme tem sido divulgado pela imprensa, irá viver uma “década de ouro”^{xxxix}. A justificativa para tanta euforia baseia-se tanto na pacificação de 16 favelas, com destaque para a Vila Cruzeiro, na Penha e as comunidades do Complexo do Alemão, quanto nos Jogos Olímpicos de 2016 e na Copa de 2014 que, na visão dos governos do estado e do município têm, de forma articulada, colocado tanto o Estado quanto a cidade do Rio de Janeiro numa posição de destaque no que se refere à recepção de investimentos^{xxx}.

A construção da “Cidade Olímpica” encontra-se em pleno curso, abarcando um conjunto de diferentes iniciativas, áreas e escalas que vão desde a implementação de corredores de transporte, estratégias e ações voltadas à repressão, e ao monitoramento da segurança pública (com destaque para as Unidades de Polícia Pacificadora, UPPs, e para o recém inaugurado Centro de Operações Rio^{xxxi}), aprovação de medidas legislativas (Pacote Olímpico), entre outras. Articuladas, tais iniciativas têm servido como importante apelo de

marketing urbano, sinalizando os compromissos do poder público, nas suas diversas escalas político-administrativas, com a agenda requerida pelos organismos internacionais (COI, FIFA) visando a implementação dos megaeventos aqui discutidos. Desse modo, num contexto que combina o recrudescimento da irrupção da miséria no espaço público produto de um tipo de desenvolvimento seletivo e excludente, a perplexidade ideológica marcada pela *“/.../ decomposição das representações associadas ao compromisso socioeconômico instaurado depois da [segunda] guerra”* (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p.27) e a necessidade de atender aos imperativos da acumulação (globalizada), o alardeado sucesso da política de segurança pública atualmente em curso na cidade do Rio de Janeiro, talvez já esteja legitimando (e encobrindo) ações mais contundentes do poder público no processo de preparação da “Cidade Olímpica”, cujas expressões já se fazem sentir na cidade.

As motivações e, principalmente, o discurso vinculado à oportunidade de antecipação de processos de modernização por meio da realização de megaeventos esportivos, parecem constituir um das mais importantes ordens de justificação para a adoção de medidas que têm se situado fora das instâncias decisórias mais abrangentes e democráticas.

Do ponto de vista das estratégias territoriais, fica clara a similaridade entre as opções tomadas na implementação do Pan 2007 e que têm sido adotadas visando as Olimpíadas de 2016. Mais uma vez, a Barra da Tijuca é amplamente contemplada.

Diferentemente do que ocorreu durante a implantação dos Jogos Pan-americanos de 2007, a consistente articulação dos níveis de governo da federação tem respaldado diversas ações trans-escalares que se materializam especialmente na cidade do Rio de Janeiro. O projeto “Porto Maravilha” constitui um bom exemplo disto. Se, por um lado, tal articulação pode representar avanços em termos de racionalização de métodos e recursos, por outro certamente tende a enfraquecer ainda mais as possíveis lutas de coletivos de resistência que têm emergido durante o processo.

Finalmente, tudo indica que a nova forma de governar as metrópoles, fruto do ajuste estrutural do capitalismo que as cidades vêm experimentando desde as últimas décadas do século passado, têm configurado um tipo de urbe caracteristicamente de exceção. Orientadas pela racionalidade do capital, as formas de pensar e agir sobre a cidade têm nos grandes projetos urbanos e nos megaeventos esportivos um importante ferramental para implementar as concepções hegemônicas de produção, consumo, vida e sociabilidade urbanas. Desse modo, os tempos, a racionalidade e as demandas da dinâmica de acumulação acabam por configurar e legitimar as ordens de justificação acionadas para a consecução desses projetos hegemônicos de cidade. Nesse ambiente, o processo urbano tem sido regido por uma nova forma de “democracia”, a “democracia do capital”, cujas orientações relativas à gestão e à produção do urbano pautado nos megaeventos esportivos parecem responder, não sem constrangimentos, às demandas de um tipo de

desenvolvimento seletivo e excludente vigente na atualidade. Nesse contexto, apesar de o jogo ainda estar sendo jogado, os diversos perdedores já são, infelizmente, conhecidos.

Referências

ARANTES, O. *Urbanismo em Fim de Linha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, 220p.

BIENENSTEIN, G. *Globalização, Competitividade e MetrÓpole: Um estudo comparativo sobre gestão e produção do urbano brasileiro contemporâneo* (Projeto de Pesquisa). Universidade Federal Fluminense / CNPq, 2007-2009.

BIENENSTEIN, G. et. al. The 2016 Olympiad in Rio de Janeiro: Who Can/Could/Will Beat Whom? In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN ASSOCIATION OF GEOGRAPHERS. 2010. Washington. Abstracts. Washington: Association of American Geographers, 2010. Disponível em: <http://meridian.aag.org/callforpapers/program/AbstractDetail.cfm?AbstractID=30889> Data de acesso: 10 Dez. 2010

BIENENSTEIN, G. et. al. O que está em jogo? Contradições, tensões e conflitos na implementação do Pan 2007. In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE. 2007. Niterói, RJ. *Anais...* Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2007. 1 CD.

BIENENSTEIN, G.; OLIVEIRA, F. L. A Era Olímpica do Rio de Janeiro: Motivações, Discursos e Impactos. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL MEGAEVENTOS E CIDADE. 2010, Niterói, RJ. *Anais...* Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2010. 1 CD.

BIENENSTEIN, G; SÁNCHEZ, F. Estudo de Caso: Jogos Pan-americanos de 2007. (Relatório de pesquisa). *Projeto de pesquisa: Grandes Projetos de desenvolvimento Urbano: o que se pode aprender da experiência brasileira?* (Projeto de pesquisa). Lincoln Institute of Land Policy / Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, 2006.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, É. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, 701p.

DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/socespetaculo.html> Data de acesso: 19/12/2010.

FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995. 245p.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debate*, nº39, pp.48-64, 1996.

MASCARENHAS, G. *Cidade Espetáculo: território, cultura e cidadania nos megaeventos esportivos*. (Projeto de pesquisa). Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Fundação para o Amparo da Pesquisa do Estado do rio de Janeiro (FAPERJ), 2009-2012.

MASCARENHAS, et. al. *Megaeventos e Cidades: O Jogo Continua*. No prelo.

OLIVEIRA, A. "O emprego, a economia e a transparência nos grandes projetos urbanos". LASA2009 – XXVIII INTERNATIONAL CONGRESS, June 11 – 14, 2009 Rio de Janeiro, Brazil.

SÁNCHEZ, F. *Jogos Pan-americanos de 2007: entre o espetáculo da competição e a consolidação da cidade competitiva* (Projeto de pesquisa). Universidade Federal Fluminense / CNPq, 2007-2009.

_____, (2003) *A reinvenção das cidades para um Mercado mundial*. Chapecó, SP: Argos, 588p.

SWYNGEDOUW, E.; MOULAERT, F.; RODRÍGUEZ, A. (Eds.). *The Globalized City: Economic Restructuring and Social Polarization in European Cities*. Oxford: Oxford University Press, 2003, 279p.

VAINER, C. B. Os Liberais Também Fazem Planejamento Urbano? *Proposta*, Rio de Janeiro, n.69, p.28-34, junho de 1996.

_____. Rio 2016: um jogo (olímpico?) de cartas marcadas. In *Jornal dos Economistas*, nº245, p.3-4, dezembro de 2009.

ⁱ Este trabalho constitui um primeiro produto do projeto de pesquisa intitulado: “*Megaeventos e Metrôpoles: um estudo de caso do Rio de Janeiro*” que foi contemplado com recursos do Edital MCT/CNPq nº14/2010 – Universal. Além disso, avança na reflexão intitulada: BIENENSTEIN, G. e OLIVEIRA, F. L. A Era Olímpica do Rio de Janeiro: Motivações, Discursos e Impactos. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL MEGAEVENTOS E CIDADES, 2010, Niterói, RJ, *Anais...* Niterói, RJ, Universidade Federal Fluminense, 2010. 1 CD.

ⁱⁱ DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/socespetaculo.html>> Data de acesso:19/12/2010

ⁱⁱⁱ Indicação do Prof. Carlos Vainer em palestra proferida na CONFERENCIA INTERNACIONAL MEGAEVENTOS E CIDADES. Niterói, RJ, Universidade Federal Fluminense, 2-5 de novembro de 2010.

^{iv} VAINER, C. B. Os Liberais Também Fazem Planejamento Urbano? *Proposta*, Rio de Janeiro, n.69, p.28, junho de 1996.

^v Em especial, destaca-se a derrocada do socialismo real também nomeada de queda do Muro de Berlim, a alteração nos rumos do capitalismo representada pela revolução conservadora que adquire ímpeto a partir da eleição da Sra. Thatcher no Reino Unido e de Reagan nos Estados Unidos e, de forma complementar, a crise da esquerda enquanto proposta alternativa, materializada na “*.../derrota do projeto social do primeiro governo Mitterrand, na França; com o afastamento dos comunistas italianos do governo de unidade nacional experimentados na Itália na segunda metade dos anos 70, e com a opção pioneira dos socialistas espanhóis por uma política econômica rigorosamente alinhada com o vitorioso ideário neoliberal*” (FIORI, J. L. Sobre a Crise Contemporânea: Uma Nota Perplexa. In: *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995. p.193).

^{vi} FIORI, *id. ibid.*, 1995, p. 45.

^{vii} De maneira esquemática, pode-se dizer que a “Nova República”, pode ser compreendida como um peculiar realinhamento de forças políticas que viabilizou a transição – sem rupturas sociais e/ou institucionais – do regime militar para a normalidade democrática.

^{viii} RIBEIRO, A. C. T. Desigualdade, trabalho e organização social no Rio de Janeiro. Mimeo, 1999, p.11-12.

^{ix} RIBEIRO, *id. ibid.*, 1999, p.16.

^x Seria e/ou representaria então César Maia um Carlos Lacerda pós-moderno?

^{xi} SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*, Chapecó: Argos, 2003.

^{xii} Avalia-se que o Programa Rio Cidade pode ser visto como uma das primeiras iniciativas radicalmente opostas aos pressupostos do Plano Diretor – cujos três únicos projetos de lei que o regulamentaria, a saber, o solo criado, o imposto progressivo sobre a propriedade predial e territorial urbana e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, foram retirados por determinação do recém eleito prefeito (em 1993) da pauta de discussões da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – notadamente pelo fato de reduzir a escala de intervenção, por meio de intervenções sobre diminutas partes da cidade.

^{xiii} Conforme o discurso oficial da época, tal programa estaria destinado a inserir tais assentamentos na cidade formal por meio de melhorias no padrão de urbanização dessas áreas.

^{xiv} A título de simples menção, vale registrar que o executivo municipal contratou o arquiteto francês Jean Novel que cobrou cerca de US\$150 milhões pelo projeto! Disponível em: <<http://www.consciencia.net/artes/gug.html>> Data de acesso: 15/12/2010

^{xv} Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/02/13/mp_investigara_os_custos_da_cidade_da_musica-425644255.asp> Data de acesso: 02/01/2011

^{xvi} A “Cidade do Samba”, projetada pelos arquitetos João Uchoa e Victor Vanderley, foi inaugurada no ano de 2006, na zona portuária do Rio de Janeiro, visando abrigar barracões destinados à confecção

do material carnavalesco – carros alegóricos, entre outros – das principais escolas de samba cariocas. A solução arquitetônica encontra-se disponível em: <<http://jonas.abreu.zip.net/>>

^{xvii} A título de ilustração é a seguir apresentada breve cronologia da estruturação do evento (Pan 2007) no Rio de Janeiro, desde sua candidatura. **1998** – Manifestação, junto ao Comitê Olímpico brasileiro, do interesse da cidade do Rio de Janeiro em acolher o evento; **2001** – Lançamento da campanha internacional ao apresentar seu projeto durante a Assembléia Geral da Organização Desportiva Pan-americana (ODEPA), realizada em Santo Domingo, República Dominicana. Posteriormente, o Rio realizou apresentações de sua candidatura em eventos esportivos internacionais no Equador, na Argentina e na Guatemala; Cumprimento das exigências relativas à candidatura por parte da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro e pelo Comitê Olímpico Brasileiro (dentre os requisitos constaram: Caderno de Encargos, o pagamento da taxa de inscrição e, em parceria com o COB, criação do Comitê da Candidatura, cuja liderança do processo ficou sob a incumbência do referido Comitê Olímpico Brasileiro); **2002** – Confirmação, junto à Organização Desportiva Panamericana, ODEPA, da participação do Rio de Janeiro na disputa para sediar o evento e pagamento da segunda parcela da taxa de inscrição para formalizar o processo; **2004** – Indicação da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007, depois de acirrada disputa com a cidade de San Antonio, estado do Texas, Estados Unidos da América do Norte. Fonte: BIENENSTEIN, G; SÁNCHEZ, F. Estudo de caso: Jogos Pan-americanos 2007 - Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa: *Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano: o que se pode aprender com a experiência brasileira?* apresentado ao Lincoln Institute of Land Policy, maio 2006. Rio de Janeiro: IPPUR, 2006.

^{xviii} BASTOS, I. Jogos: Paes insiste em mudar centro de mídia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 nov. 2009, p.11.

^{xix} BASTOS I.; SCHMIDT, S. Prefeitura removerá 119 favelas. *O Globo*, 1 Jan. 2010, p.13.

^{xx} Corredor expresso com ônibus articulados que fará a ligação entre a Barra da Tijuca e Santa Cruz, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Obra orçada em R\$692,1 milhões, inaugurada em julho de 2010. Disponível em:

<<http://www.copa2014.org.br/noticias/5279/RIO+DE+JANEIRO+AVANCA+NAS+OBRAS+DO+BRT+PARA+A+COPA.html>> Data de acesso: 02/01/2011

^{xxi} Disponível em: <<http://www.fazendomeia.com/moradores-da-vila-harmonia-conseguem-liminar-para-interromper-remocoes-por-cao-da-transoeste/>> Data de acesso: 02/01/2011

^{xxii} OLIVEIRA, A. O emprego, a economia e a transparência nos grandes projetos urbanos. In: *LASA2009 – XXVIII INTERNATIONAL CONGRESS*. 2009, Rio de Janeiro, *Anais...* Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. 1 CD.

^{xxiii} “Sai hoje o pacto para a Copa do Mundo de 2014”. *O Globo*, 03/01/2010, p.30.

^{xxiv} RIBEIRO, E. BNDES terá R\$1 bilhão para hotéis na Copa. *O Globo*. Rio de Janeiro, 3 Fev. 2010, p.22. Conforme indicado na matéria, os empresários interessados terão dezoito anos para pagar tais empréstimos.

^{xxv} DOCA, G. Com ares de privatização *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 Jan. 2011, p.23. Conforme divulgado no site oficial da Empresa Brasileira de Infraestrutura aeroportuária, Infraero, que é vinculada ao Ministério da Defesa, “/.../ a Infraero administra desde grandes aeroportos brasileiros até alguns tão pequenos que ainda não recebem vôos comerciais regulares e são aeroportos que têm como função representar a soberania nacional em áreas longínquas. Ao todo são 67 aeroportos, 69 Grupos de Navegação Aérea e 51 Unidades Técnicas de Aeronavegação, além de 34 terminais de logística de carga.” Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/a-infraero.html>> Data de acesso: 02/01/2011

^{xxvi} ALVAREZ, R.; FABRINI, F. No serviço público, parceria com metas de desempenho – governos estaduais firmam contratos com a iniciativa privada para melhorar gestão em áreas como a saúde. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 Dez. 2010, p.9. Vale destacar o trecho da matéria que cita o termo “/.../ butique de projetos focada em setores novos e nas melhores práticas – explica o economista Maurício Portugal, representante do International Finance Corporation (IFC), um braço do Banco Mundial que atua na área por meio de uma parceria com BNDES e BID.” [Grifo nosso]

^{xxvii} MAGALHÃES, L. E. Barra ganhará resort 5 estrelas para a Copa – Empreendimento hoteleiro será o primeiro beneficiado com os incentivos fiscais aprovados no Pacote Olímpico, *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 Dez. 2010, p.24.

^{xxviii} De acordo com o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, “o compromisso da Agenda Social firmado, por ocasião da candidatura da cidade do Rio de Janeiro aos Jogos Pan-Americanos de 2007, através do decreto N° 23599 de 16 de outubro de 2003, que congrega um conjunto de 43 itens em investimentos sociais nas áreas com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a

0,8. Os grupos populacionais priorizados serão: crianças e adolescentes; jovens; idosos; mulheres e gênero; portadores de deficiência e população em extremo risco social.” Disponível em: <http://www.pacs.org.br/uploaded_files/20090107052840_printed_informativo_Ym9sZXRpbTEyLnBkZg==.pdf> Data de acesso: 02/07/2010.

^{xxix} Começa a década de ouro – Dois milhões festejam em Copacabana as novas conquistas no Rio, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 Jan. 2011, p.15.

^{xxx} A título de simples menção, cabe destacar a existência do *Plano Estratégico 2009-2012 – Pós 2016 O Rio mais Integrado e Competitivo* que, pelo título, indica a amplitude temporal e projetual dos atuais administradores da cidade. Disponível em: < <http://www0.rio.rj.gov.br/planoestrategico/>>

^{xxxi} MAGALHÃES, L. E. O QG das decisões – Prefeitura inaugura dia 31 Centro de Operações que contralará dados de 30 órgãos públicos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 Dez 2010, p.13.